



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8570 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

POLÍTICAS EDUCACIONAIS, TRABALHO DOCENTE E DESEMPENHO DISCENTE NO ENSINO MÉDIO NOTURNO EM MINAS GERAIS e PIAUÍ

Maria Vieira Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

POLÍTICAS EDUCACIONAIS, TRABALHO DOCENTE E DESEMPENHO DISCENTE NO ENSINO MÉDIO NOTURNO EM MINAS GERAIS e PIAUÍ

Introdução

A presente investigação buscou apreender aspectos concernentes às configurações de ensino médio noturno enfocando: dimensões identitárias e desempenho acadêmico do segmento discente; indicadores de evasão e repetência; caracterização do corpo docente; atividades laborais e elementos que evidenciam a precariedade do trabalho docente, a partir das seguintes problematizações: que mediações são possíveis de se estabelecer entre as reformas educacionais para o Ensino Médio e a regulação transnacional e nacional? que limites e potencialidades demarcam o trabalho docente e o desempenho discente no Ensino Médio noturno? quais as configurações das condições laborais dos docentes no ensino médio noturno? quais as percepções dos discentes sobre a organização do trabalho escolar? O percurso dessa investigação foi alicerçado em dois flancos de análise: a materialidade do trabalho docente em suas múltiplas determinações e o desempenho discente. Para o desenvolvimento desta investigação utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos: realização de entrevistas e aplicação de questionários para discentes e docentes do ensino médio noturno em Minas Gerais e Piauí; coleta de dados apreendidas no INEP; análise de documentos e legislação e pesquisa bibliográfica. Os dados empíricos foram abordados mediante um processo de mútua-relação com as referências

bibliográficas e dispositivos legais pós-Constituição Federal.

Na esfera macrossocial buscamos apreender a predominância de paralelismos entre desigualdade social e a desigualdade escolar que se substantiva no ensino médio, e, em específico, o ensino médio noturno, corrompendo a democratização da oferta educacional em razão das assimetrias de oportunidades. Os pressupostos que nortearam o presente trabalho problematizaram a corrosão da democratização da oferta educacional a partir das dimensões relacionais entre o ascenso da matriz neoliberal no tecido social e os processos excludentes de escolarização de jovens empobrecidos, os quais, por consequência, são desprovidos tanto de bens materiais, quanto de bens sociais como a educação escolar.

Desenvolvimento

No final do ano 2019 presenciamos, de forma perplexa, várias informações veiculadas pela imprensa reportando o fechamento, fusão e remanejamento de turmas do Ensino Médio noturno. Essas efemérides não são localizadas, tampouco têm ocorrido de forma sazonal, mas são efeitos de complexas questões de natureza estrutural contíguas a esta etapa de escolarização na realidade brasileira, a qual apresenta problemas ainda mais agudizados quando seu funcionamento ocorre no turno noturno. O Ensino Médio tem se configurado como um dos principais desafios da Educação Básica em razão de problemas endógenos e exógenos ao sistema escolar os quais, via de regra, se reverberam em abandono e repetência escolar. A precariedade da dinâmica de funcionamento do ensino médio noturno apresenta configurações multifatorial com variantes que se agrupam nas esferas micro e macrossocial. A formulação de políticas públicas voltadas para o Ensino Médio assim como as mutações nos dispositivos legais desde a lei 5.692/71 até a lei 13.415/2017, possibilitam-nos constatar alguns avanços ensejados pelas políticas educacionais contemporâneas. No entanto, tais políticas parecem não impactar de forma incisiva nos crônicos problemas relacionados ao acesso e permanência de adolescentes e jovens no Ensino Médio.

Pelo ângulo dos alunos evidencia-se um universo complexo de utopias, frustrações, resignações e contestações onde a experiência da escolarização se manifesta como um mosaico é marcado também por experiências de vida desafiadoras no quadro de privações em que encontram. Em alguns casos, a condição juvenil – que circula na escola - marcada pelos ritmos contemporâneos de novas linguagens tecnológicas e corporais codificadas por meio de aparelhos celulares, *piercings* e tatuagens, assim como o uso de entorpecentes levam a certo pânico moral e desistência desses sujeitos. Há ainda, de forma tácita ou explícita mecanismos de exclusão *a priori* pelo desprestígio das sociabilidades dos adolescentes e jovens que moram nas periferias em ausência de “capital cultural” desses sujeitos para terem uma vida escolar exitosa. Assim, as queixas dos alunos em relação aos indecifráveis códigos curriculares veiculados na sala de aula são expressões importantes para pensarmos sobre a estrutura do currículo escolar e sua conectividade com os adolescentes e jovens empobrecidos. Por suposto, o currículo não se alicerça apenas em bases epistemológicas neutras e a-políticas, mas, em domínios ideológicos, políticos, econômicos e sociais que corroboram com a sustentação do *modus operandi* do sistema social vigente. Assim,

(...) a instituição escolar é vista cada vez mais, tanto pelas famílias como pelos próprios alunos, como um engodo e fonte de uma imensa decepção coletiva: uma espécie de terra prometida, sempre igual ao horizonte, que recua à medida que nos aproximamos dela (Bourdieu, 2012: 483)

As vozes dos alunos também expressaram um sentimento de autoculpabilização

pelo seu fracasso, mediante um processo de inversão dos papéis nos quais ao invés de vítimas se veem como algozes desse processo, seja por que trabalham e não têm tempo para se dedicar aos estudos, seja por que não “tem cabeça boa pros estudos”.

A sensação de uma imagem “duramente arranhada” parece estar presente também nas manifestações dos professores por ocasião das entrevistas realizadas nas escolas – campo desse estudo – quanto também pelos indicadores macrossociais. Dados recentes sobre o exercício da docência na educação básica no Brasil, divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), evidenciam que as condições de trabalho dos professores da Educação Básica continuam sendo marcadas por um alto grau de desvalorização e precariedade. Quando analisado apenas o ensino médio das redes estaduais brasileiras, os temporários representam 30% do total de professores. Em algumas disciplinas, como química e física, eles preenchem 40% das funções docentes” (IPEA, 2018). Esses números ultrapassam significativamente a orientação repassada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) aos sistemas de ensino, na qual as contratações temporárias não devem ultrapassar 10% do número total de docentes das redes de ensino e seja utilizada em situações peremptórias para suprir eventualidades. A atuação dos profissionais da educação em regimes de trabalho desregulamentados, por consequência, ocasiona redução de salários, ausência direitos trabalhistas e de assistência médica, concedida aos servidores efetivos.

A intensificação do trabalho é produzida por múltiplos mecanismos, seja mediante a extensão de tempo dedicado à atualização ou requalificação profissional, seja por meio de tarefas excedentes à jornada de trabalho as quais comprometem sensivelmente o tempo de descanso do professor, ocasionando uma simbiose entre a esfera doméstica e a esfera de trabalho. Tal fator provoca uma sensação recorrente de sobrecarga crônica e persistente de atividades laborais gerando mal-estar psicofísico. Por outro lado, a intensificação do trabalho compromete também a condição de sujeito do professor nos processos decisórios da organização do trabalho escolar, como participação na elaboração do projeto político pedagógico e nos diferentes conselhos existentes no seu interior levando à captura de sua identidade profissional transformando em um mero “ministrador de aulas”. A falta de boas condições de trabalho incide também sobre as dinâmicas organizativas do fazer pedagógico em sala de aula, tais como: seleção dos conteúdos a serem ensinados; criação de mecanismos para relacionar os conteúdos curriculares às experiências culturais e concretas dos estudantes; elaboração e/ou planejamento de metodologias de ensino; construção dos planos de ensino; elaboração dos processos de avaliação da aprendizagem.

Para a minimização dos efeitos adversos das assimetrias é premente a ampliação de recursos de financiamentos para a educação. Um mecanismo tangível e que se constitui em um dos desafios para o tempo presente diz respeito à revogação da Emenda Constitucional 95 e a regulamentação da nova Lei do FUNDEB aspectos que podem impactar positivamente na qualidade da educação e, por consequência, na valorização dos profissionais da educação.

Contudo, vale destacar que tal mecanismo é importante, mas, não é suficiente para a garantia da efetivação da meta 20 do Plano Nacional de Educação, a qual determina a aplicação de 10% do PIB para a educação. Neste sentido, compartilhamos das proposições de Silva (2014), ao afirmar que, para o cumprimento da referida meta torna-se necessário:

- Que todos os entes federados priorizem o aumento de recursos para a área através de novas receitas e do aumento dos percentuais de vinculação constitucional;
- Eliminação de isenções fiscais sobre as verbas da educação;
- Estabelecimento de alíquotas compatíveis e isonômicas para cada tributo – evitando a guerra

fiscal entre estados; além de investir mais na fiscalização institucional e no controle social das receitas públicas (Silva, 2014: 118).

Além desses aspectos, a autora assevera ainda a necessidade de aprovação da aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional e a ampliação e qualificação do controle social das verbas e políticas públicas educacionais devem ser prioridades nos parlamentos e executivos nacional, estaduais e municipais, a fim de estancar a prática recorrente de desvios de verbas da educação na maior parte das administrações públicas - em 2013, 70% dos municípios auditados pela Controladoria Geral da União foram flagrados em desvios de verbas do Fundeb – (Idem)

Pelo ângulo interno à escola, uma contribuição importante é a construção do universo escolar como um espaço de intercâmbio de significados e de padrões culturais. Nessa perspectiva, os profissionais da educação se tornam importantes mediadores na construção de “pontes” entre a cultura oriunda e circulante no espaço acadêmico e aquela advinda do universo que a comunidade tem como referência. Assim, a escola, enquanto mediadora de culturas, deve ser um espaço que garanta a pluralidade em detrimento do consenso; o local do cruzamento de vários discursos ao invés de um único discurso considerado legítimo, por isso oficial e único; um local em que alunos e professores devam ser considerados como sujeitos da educação. Como tal, é preciso que a escola considere também o seu discurso como portador de memórias sociais diversificadas, ao traçar os parâmetros para a elaboração da política de educação que se manifesta no seu projeto pedagógico.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

INSTITUTO PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php>. Acesso em 15 de março de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2019): <<http://www.ibge.gov.br>> [consulta: março de 2020]. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (2019): <<http://www.inep.gov.br>> [consulta: março de 2020]. Ministério da Educação.

SILVA, Fátima. Educação básica no Brasil Políticas e valorização profissional. **Revista Retratos da Escola. Brasília**, v. 8, n. 14, p. 115-127, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em 10 de setembro de 2019.

Palavras-chaves: Ensino Médio noturno; Trabalho Docente; Desempenho Discente

